



Planejamento territorial participativo como estratégia de mitigação da segregação socioespacial: um estudo em Trancoso (BA)

Participatory territorial planning as a strategy to mitigate socio-spatial segregation: a study in Trancoso (BA)

Jean Carlos Estanislau Ferreira, Henrique Rodrigues de Araújo

RESUMO: O planejamento territorial participativo consiste na integração da população nas ações, planos e projetos bem como a oportunidade de proposições com relação ao território em que vivem. Por outro lado, o território usado onde ocorre as relações e interações humanas no meio social e físico é controlado pelos agentes hegemônicos que detêm o meio técnico científico e informacional e utilizam o território para ganhos próprios sob uma estrutura capitalista que explora os indivíduos, separa e segrega criando desigualdades e impactos nestes locais. Não obstante, o distrito e destino turístico Trancoso na Bahia é controlado por esses agentes, representado pelas empresas do *trade* turístico que usam o território em detrimento do capital e ocasionam problemas e impactos. Tendo em vista esta questão, a pesquisa possui como objetivo problematizar como a participação dos residentes nas ações de planejamento do turismo pode contribuir para a mitigação da segregação socioespacial e dos impactos relacionados ao turismo em Trancoso. O estudo possui natureza descritiva exploratória, com uma abordagem qualitativa e o procedimento de coleta de dados através do questionário semiestruturado, aplicado de forma *online* em junho de 2023 com 31 residentes de Trancoso, que propiciou a criação de uma nuvem de palavras e quadros por meio da análise de conteúdo. Os resultados apontam que a forma como o turismo é planejado em Trancoso não inclui a população, conduz e intensifica a segregação socioespacial e os problemas locais. No entanto, a participação popular e cidadã no processo de planejamento do turismo pode contribuir para mitigação desses impactos, tendo em vista que a comunidade reconhece os problemas, entende que é preciso resolvê-los e identifica possíveis soluções, sendo necessária a descentralização do poder por parte da gestão municipal, aliado a devolução da autonomia distrital para os moradores, de modo que possam contribuir com ideias e proposições não pensadas e/ou efetivadas pelo poder público no distrito.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Participativo; Território Usado; Sustentabilidade; Turismo; Trancoso.

ABSTRACT: Participatory territorial planning consists of the integration of the population in actions, plans and projects as well as the opportunity to make proposals regarding the territory in which they live. On the other hand, the territory used where human relationships and interactions occur in the social and physical environment is controlled by hegemonic agents who hold the scientific and informational technical environment and use the territory for their own gains under a capitalist structure that exploits individuals, separates and segregates, creating inequalities and impacts in these places. However, the Trancoso district and tourist destination in Bahia is controlled by these agents, represented by tourist trade companies that use the territory to the detriment of capital and cause problems and impacts. With this issue in mind, the research aims to problematize how the participation of residents in tourism planning actions can contribute to the mitigation of socio-spatial segregation and impacts related to tourism in Trancoso. The study has an exploratory descriptive nature, with a qualitative approach and the data collection procedure through the semi-structured questionnaire, applied online in June 2023 with 31 residents of Trancoso, which allowed the creation of a cloud of words and tables through analysis of content. The results indicate that the way tourism is planned in Trancoso does not include the population, leading to and intensifying socio-spatial segregation and local problems. However, popular and citizen participation in the tourism planning process can contribute to mitigating these impacts, given that the community recognizes the problems, understands that they need to be resolved and identifies possible solutions, requiring the decentralization of power by part of municipal management, combined with the return of district autonomy to residents, so that they can contribute ideas and propositions not thought of and/or implemented by public authorities in the district.

KEYWORDS: Participatory Planning; Territory Used; Sustainability; Tourism; Trancoso.

Introdução

O planejamento territorial participativo está relacionado a integração dos indivíduos pertencentes a determinado território no processo de consulta, gestão, ordenamento e proposição de ações que de forma direta vão impactar no modo de vida dessas populações, portanto, é associado a uma descentralização de poder que que possa atuar de forma democrática no desenvolvimento dos territórios.

O território usado, no entanto, é controlado por agentes hegemônicos que o utilizam conforme benefício próprio para fins de lucro relacionados ao capital. Explorando os ativos e visando os recursos presentes, estruturados por meio da divisão do trabalho que atua de forma segregadora e por sua vez projeta as relações sociais e as posições territoriais que cada grupo deve ocupar, impossibilitando em muitos casos a participação social no planejamento territorial.

Trancoso na Bahia possui como agente hegemônico as empresas de turismo, que por meio do aval cedido pelo poder público e pela gestão municipal controlam as dinâmicas territoriais locais, em um processo de produção da segregação socioespacial e das desigualdades. Que se tornam ainda mais acentuadas e em

crescimento pela não participação dos residentes deste distrito no processo de desenvolvimento da atividade turística.

Levando em consideração tais características, a pesquisa possui como questão norteadora como a participação dos residentes nas ações de planejamento do turismo pode contribuir para a mitigação da segregação socioespacial e dos impactos relacionados ao turismo em Trancoso?

Justifica-se sua relevância acadêmica ao relacionar os conceitos de território usado e planejamento territorial participativo, para o desenvolvimento do turismo de forma mais justa, sustentável, bem como em uma perspectiva crítica ao contribuir para a literatura da área. No quesito prático-social, torna-se uma ferramenta para melhor gestão do turismo participativo, seja nesse destino específico ou em outros similares, servindo de consulta e base para criação de políticas públicas.

O objetivo principal é problematizar como a participação dos residentes nas ações de planejamento do turismo pode contribuir para a mitigação da segregação socioespacial e dos impactos relacionados ao turismo em Trancoso. A metodologia adotada para seu alcance se deu com base na pesquisa descritiva exploratória, com uma abordagem qualitativa. Tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado aplicado de forma *online* em junho de 2023, com 31 pessoas residentes do distrito de Trancoso e a técnica de análise por meio da análise de conteúdo.

A pesquisa é composta pela revisão de literatura que traz os conceitos de planejamento territorial participativo, com auxílio dos autores Duque-Cante (2019); Reschilian, Silva e Maciel (2022); Seixas, Baptista e Dias (2020) e outros. A relação entre território, participação e segregação, com conceitos de Santos (1999) e (2006); Silveira (2011); Souza (2003); Alves e Bueno (2022). A caracterização de Trancoso por Carneiro e Agostinho (2004); Silva (2006) e Ferreira (2022). Posteriormente apresentamos os procedimentos metodológicos, resultados e discussão e as considerações finais.

Observou-se que a forma como o turismo é planejado em Trancoso não agrega a comunidade local. Todavia, a população pode contribuir para redução da segregação e dos impactos oriundos do turismo. Por terem conhecimento dos problemas existentes, identificam possíveis soluções, sendo necessária a descentralização do poder com foco nesses indivíduos, aliado à devolução da autonomia distrital.

Planejamento Territorial Participativo

O planejamento Territorial Participativo é discutido na literatura por um montante de autores que versam sobre a temática com base em argumentos e em fundamentos teóricos oriundos de diversas disciplinas, tais como o urbanismo, a geografia, administração e sociologia. Contribuindo para discussões que dialogam amplamente na relevância acadêmica e prática do tema.

Seixas, Baptista e Dias (2020), compreendem que a nova geração vem discutindo as políticas territoriais, através do que eles chamam de governo aberto ou

integrado. Com uma maior participação pública que colabore em uma gestão baseada na transparência, para evidenciar a necessidade da transição entre um planejamento formal para um planejamento participativo. Os autores informam que, com o desenvolvimento das tecnologias essa integração torna-se ainda mais abrangente, podendo alcançar maior porcentagem da população.

Para Duque-Cante (2019), o planejamento participativo consiste em um processo de identificação de problemas e potencialidades do presente no território, bem como na formulação de projetos que abarquem o futuro. Nesse sentido possui como característica a participação da sociedade através da percepção de aspectos que, apenas os indivíduos residentes no território são capazes de conhecer e opinar devido a própria vivência. Com o objetivo de manter o bem-estar no presente e projetar boas condições de vida para novas gerações.

Os indivíduos pertencentes a determinado território adquirem o sentimento de pertencimento por seu local, o que leva ao anseio por contribuições em processos decisórios que possam nortear melhorias nos espaços e consequentemente em suas vivências cotidianas. No entanto, alguns desafios a essa participação podem ser citados, como a cultura dos planos feita apenas por técnicos pertencentes a gestão; falta de compartilhamento de poderes e a adequação de dispositivos que facilitem a participação (Seixas; Baptista; Dias, 2020).

O modelo participativo busca a descentralização e modernização das ações de gestão pública, aproxima as decisões do estado da realidade das comunidades, complementa e legitima essas ações por meio da consulta à sociedade. Por outro lado, permite a construção de um projeto de impacto coletivo, flexibiliza as ações de forma horizontal entre as instâncias participativas, retira a barreira administrativa pública que por vezes age de forma vertical e em consonância com as empresas (Coriolano; Rodrigues; Oliveira, 2013; Duque-Cante, 2019; Santos, 2006).

Segundo Reschilian, Silva e Maciel (2022), o processo de planejamento de uma cidade precisa ser feito de maneira democrática, com vistas a integrar o ponto de vista do Estado e da sociedade, não de maneira oposta, mas complementar. A participação pode ser feita por meio de oficinas, fóruns, rodas de conversa e audiência pública que propicie o debate sobre os temas levantados. Todavia, os mesmos autores informam que em muitos casos a participação ocorre como simulacros, não abre possibilidade para o diálogo, isola a narrativa da sociedade somente como parte do processo, em um modelo de validação da hierarquia da gestão pública.

O direito de participar vincula a responsabilidade dos indivíduos com a sua comunidade, cidade, estado ou país, por meio de espaços de deliberação coletiva que devem funcionar como estratégia emancipatória dos territórios, para eliminar a visão elitista de *“separar os que sabem, dos que não sabem, os que mandam dos que devem obedecer”* (Gadotti, 2014, p.2). Cabe aqui a contribuição de Milton Santos sobre o que ele nomeia como horizontalidade, que seria a construção e colaboração contínua e contígua de forma horizontal nos espaços para o desenvolvimento social equitativo, sem a deliberação de cima para baixo ou vertical (Santos, 2006). Sendo esta uma das premissas do planejamento territorial participativo, porém ainda se observa as verticalidades, com o ordenamento e divisão territorial por atores

hegemônicos detentores do poder, que planejam o território de forma desigual (Santos, 2006).

Para Gadotti (2014), existe uma alegação por parte do poder público que a sociedade não possui o interesse em participar, no entanto, nos argumentos do autor, o que há é uma resistência para uma divisão de poder. Ademais, torna-se válido pensar nas condições de participação desses atores sociais, atentando-se para horários que sejam adequados aos indivíduos participantes e principalmente a qualificação e conscientização quanto à participação. O entendimento social de ter voz e voto e não apenas um mero ritual burocrático de cumprimento de deveres, "*não se chama participação, sem a preparação político-pedagógica*" (Gadotti, 2014, p.7).

Em uma pesquisa feita por Seixa, Baptista e Dias (2020) em escolas da rede de ensino em Portugal, constatou-se que mesmo os jovens já são capazes de identificar os problemas presentes nas cidades em que residem. Demonstrando lugares seguros, inseguros, que carecem de melhoria de infraestrutura ou facilidade no acesso, e através disso sugeriu-se a importância da opinião e vivência dos moradores na participação dos projetos de gestão local.

Em Bogotá, na Colômbia, segundo Duque-Cante (2019) a participação cidadã está regulamentada desde 2000 para formulação de planos de desenvolvimento urbano, contando com a sociedade como parceira. A autora pontua algumas lacunas desse processo que precisam ser preenchidas, como a divergência entre os planos dos distritos e do estado com relação às prioridades dos cidadãos e a necessidade de uma similaridade dos mecanismos de consulta popular das localidades.

Nesse sentido, torna-se evidente pensar em uma democracia participativa, através de uma participação cidadã, que dê conta de ampliar os debates prioritários da sociedade ao mesmo tempo que integre a vastidão e diversidade da composição social, presente nos territórios (Gadotti, 2014). Pires (2011), delimita cinco possíveis resultados da participação por meio de instâncias participativas, sendo a formação de cidadãos mais capacitados para ações políticas coletivas; estímulo e formação de novos atores da sociedade civil; transparência e eficiência na administração pública; direcionamento de políticas públicas inclusivas e formação de novas elites políticas.

As mudanças que a participação pode ocasionar dependem da efetividade das ações com base no engajamento dos representantes, bem como da autonomia dada pela gestão pública a esses atores e a tomada de ações com base em suas demandas. Havendo tais características, políticas públicas para melhorar ou criar serviços e estruturas podem ser implementadas, o que transmite o bem estar social e o impacto positivo de exercer a democracia (Pires, 2011).

No contexto brasileiro, para discutir-se a participação social quanto ao planejamento, torna-se evidente explicitar a necessidade de integração das instâncias de representação da sociedade nesses espaços. Reschilian, Silva e Maciel (2022), inferem que historicamente a formação dos territórios esteve sujeita às ações de interesse dos agentes hegemônicos, sustentadas pela ambição capitalista que controla as ações governamentais nas cidades conforme conveniência própria, ignorando pautas prioritárias para a maior parte das localidades que representa os indivíduos de classes não abastadas. Tendo em vista essa realidade surge o Estatuto

da Cidade, oriundo de pontos firmados na Constituição da República Federativa do Brasil, que entre outras características, busca a participação e integração de toda a população no planejamento dos territórios.

A própria Constituição Federal de 1988 confirma a participação, no que tange o planejamento territorial em solo nacional, firmada no Artigo 1º inciso quinto tendo como fundamento o pluralismo político, ou seja, diversidade nas ações políticas que reflete nas movimentações e planejamento da nação, bem como o Artigo 4º inciso terceiro, ao que se refere à autodeterminação dos povos, sobre escolher por si o que é melhor para seu território (Brasil, 2016).

Já o Estatuto da Cidade, nome dado à Lei 10.257, está em vigor desde 10 de julho de 2001, ano de sua primeira publicação, seu objetivo é regulamentar o planejamento e uso do território urbano nacional, trazendo não somente a participação popular, mas a participação popular cidadã. Tornou-se um grande instrumento para validar a integração social no planejamento, pois baseia-se na função social presente na propriedade e no planejamento participativo (Brasil, 2008).

Em diversos artigos do Estatuto da Cidade é ressaltado a participação como ferramenta adequada de planejamento, a exemplo o Artigo 2º inciso segundo e terceiro que denota a gestão democrática para formulação, execução, acompanhamento de planos programas e projetos, bem como a cooperação entre o governo, iniciativa privada e setores da sociedade que atendam o interesse social. O Artigo 4º infere sobre a gestão orçamentária participativa. E por fim, o Capítulo IV desta Lei que versa especificamente sobre a gestão democrática da cidade, por meio dos Artigos 43º e 44º onde é pontuado os instrumentos para o planejamento democrático das cidades: conferências, debates e consultas no âmbito municipal, estadual e federal, com projetos e planos que podem partir inclusive da iniciativa popular com relação ao território, sendo a participação de todos uma condição obrigatória para aprovação de qualquer plano ou projeto na Câmara Municipal (Brasil, 2008).

Embora a participação seja reconhecida pela Constituição e regulamentada através da Lei, observa-se que na maioria das localidades ela ocorre de forma conveniente, incipiente e insuficiente ou mesmo não ocorre. Causa-se uma lacuna entre as prioridades do poder público e as reais necessidades da sociedade civil. O que ocasiona diversas problemáticas que alavanca impactos no território e nos indivíduos que nele residem, como a desigualdade social que é refletida na falta de infraestrutura urbana, acesso a saúde, educação, segurança, lazer, transportes e moradia de qualidade, degradação ambiental, culminando em muitos casos na própria segregação socioespacial (Coriolano; Rodrigues; Oliveira, 2013; Lopes-Junior, 2014).

Território, participação e segregação

Observou-se na seção anterior a relevância da participação cidadã ou popular nas ações de planejamento territorial, ao conceituar através de autoras e autores a própria participação. No entanto, para compreender os impactos da falta de participação sobre o território, precisa-se entender o que de fato é o território, as ações, elementos e situações que o compõem.

Souza (2003), com base no pensamento de Milton Santos, compreende que o território era deduzido de forma modesta como limite administrativo de uso da sociedade, por outro lado também pode ser entendido de forma mais detalhada como *“ponte estrategicamente posicionada entre a teoria crítica do espaço e a ação política”* (Souza, 2003, p. 29), ou seja, são as relações sociais que formam-se no espaço, a experiência humana e expressão da sociedade, são os limites físicos e as práticas dos lugares e regiões e ao mesmo tempo é o jogo político e as ações balizadas no capitalismo para sustentação de estruturas sociais por meio de relações de poder (Santos, 1999; Souza, 2003).

O território pode ser observado por meio de sua categoria de análise, como o território usado, por exemplo. Território usado, que por sua vez faz-se para compreender e desvendar as desigualdades, tendo como característica os pares dialéticos densidade e rarefação, fluidez e viscosidade (Souza, 2003).

Densidade que, para além da ocupação do território, relaciona-se a técnica e informação. Informação essa que, reforça a hegemonia dos empresários e do Estado, com o controle através do uso dela para leis e normas da vida coletiva. São considerados espaços luminosos com tendência ao controle pelo capital, enquanto a rarefação seria os espaços distantes, sem informação, lentos. Já a fluidez e viscosidade, conecta-se ao trabalho e a divisão territorial, a abertura das localidades e regiões ou falta dela, por meio da engenharia viária que concentra fluxos econômicos em determinados territórios e empobrece outros, de forma segregadora (Souza, 2003).

Para Silveira (2011), o território usado é o local onde ocorrem fatores que geram situações com base nas relações humanas e institucionais. Destarte, o território constrói-se por intermédio da divisão do trabalho, controlada pela hegemonia empresarial que busca recursos em espaços com possibilidades materiais ou sociais, criando ou recriando novas localizações e funções territoriais.

Os recursos dessa forma, são os fatores a serem explorados no território, que atraem grupos de empresas que se instalam em regiões devido a sua capacidade natural ou artificial. Lugares que antes viviam o modo de vida local passam a ser globais pela abertura e cooperação pública por meio de sistemas de engenharia que essas empresas atraem. O meio empresarial controla o técnico-científico-informacional, de modo que a educação, transportes, serviços e demais empresas de menor porte voltam-se para as necessidades dos agentes hegemônicos presentes no território (Silveira, 2011).

Souza (2003), traz ainda os espaços de globalização como os locais onde ocorre as formações socioespaciais com relações humanas e sociais, aliada aos fixos e fluxos, somadas aos aspectos políticos, em que na medida que se formam um sistema com normas, transformam-se em território, que é o próprio território usado, habitado e vivido, sendo um híbrido, espaço e território. É o local das mudanças, dos processos, união entre passado e futuro e das relações entre o vertical e o horizontal (Santos, 1999; 2006).

O uso do território por parte das forças hegemônicas conspira para criação de normas em benefícios próprios, no consumo de recursos e manutenção de suas

forças. De modo a utilizá-lo para além do seu fim como abrigo, mas em detrimento de uma moenda cujo suco seja a arrecadação financeira, a exploração, o reprimir da cidadania, o que leva ao desequilíbrio (Souza, 2003).

Para Santos (1999) e Silveira (2011), o território admite uma racionalização não racional, de modo que a economia assume um papel hegemônico sob o argumento superficial de geração de empregos, que como pano de fundo forma espaços mais produtivos e espaços com menor produtividade, com participações diferentes no processo de desenvolvimento. Dessa maneira, ocorre o interesse sobre parte do território com base no valor representativo que é dado sobre ele. Ao mesmo tempo, dívidas externas e defasagens nos cofres públicos para justificar o investimento no crescimento, como consequência cortes financeiros que desencadeiam vulnerabilidades sociais nesses mesmos territórios onde havia-se promessa de desenvolvimento.

A gestão do território usado dá-se por parte de grandes empresas e em parcela menor pelo poder público que é controlado também por essas empresas. Esse fato leva a uma produção do território direcionada a uma ordem que gera benefícios próprios, ao mesmo tempo desordem para os outros indivíduos e agentes que o compõem. Em função disso, o planejamento territorial inclusivo e participativo não ocorre, pois as estruturas concentram-se nas mãos dos fluxos dominantes, sem a observação da totalidade e do dinamismo territorial (Santos, 1999; Silveira, 2011).

A falta de inclusão e participação no processo de planejamento do território devido a supremacia das forças hegemônicas causa impactos sobre ele, como a segregação socioespacial, caracterizada como a homogeneização de grupos que possuem características similares (raciais, socioeconômicas, culturais). Concentrando-se em determinadas áreas por proximidade, como uma espécie de separação dos demais (Calos, 2020; Carvalho; Arantes, 2022).

Os espaços onde encontram-se esses grupos revelam a desigualdade social, de um lado as classes mais ricas ocupam regiões específicas, que possuem infraestrutura urbana, serviços e estabelecimentos de comércio, educação e saúde, com casas e edifícios bem edificadas e de luxo. De outro lado, a população de baixa renda aglomera-se em estruturas precárias, sem a presença dos equipamentos e serviços urbanos básicos, com carência de infraestruturas (Alves; Bueno, 2022).

A segregação ocasiona o isolamento do indivíduo que compõem o território, pois não se relaciona apenas a ausência de recursos físicos, mas a não atenção do Estado para essas localidades, que por não possuir melhores oportunidades tendem a expor-se à criminalidade e a violência. O que os leva ao estigma e ao preconceito por parte da sociedade, que reage inclusive com a repressão oriunda do sistema de segurança pública, convergindo em mais violência e mortes (Carlos, 2020; Carvalho; Arantes, 2022).

O meio ambiente sofre pressões com relação a segregação socioespacial, devido a ocupações irregulares em regiões de vegetação nativa ou mesmo locais impróprios para construção, que são procurados pelas camadas sociais economicamente menos favorecidas por serem espaços que sobram ou que ainda

não são super especulados pelo capital em territórios com ativos explorados (Alves; Bueno, 2022; Lopes-Junior, 2014).

O ordenamento econômico associado às normas, bem como a divisão trabalhista e exploração de recursos transformados em ativos, que beneficia as empresas com conivência do poder público, implica na produção da segregação no espaço urbano. O território usado como local das práticas e relações humanas e do controle pela técnica e informação dos agentes hegemônicos, incita as relações de verticalidade em locais que antes havia a horizontalidade, formam-se as segregações (Santos, 1999; 2006).

A segregação inibe o acesso dos indivíduos às diversas oportunidades, além disso, colabora para um maior período de inatividade profissional e busca por trabalhos informais. Justamente pela precariedade ou inexistência de transportes para o deslocamento em direção a porções do território valorizadas, onde as oportunidades são encontradas, situações que agravam e reproduzem a pobreza, a vulnerabilidade civil, social, política e econômica (Alves; Bueno, 2022). Cabe destacar que na contemporaneidade a segregação socioespacial não se sustenta apenas no modelo centro-periferia aliado a distância, mas sim no que *“seria preferível falar de periferias no plural e de múltiplas centralidades”* (Carvalho; Arantes, 2022, p.3).

A estrutura capitalista permeia e firma as bases do território usado, cria e eleva as desigualdades sociais, como a própria segregação, que culmina em diversas outras problemáticas nas cidades brasileiras. Além disso, a falta de participação das representações populares no planejamento dos territórios, colabora para que esses problemas sejam mantidos ou por vezes aumentados, corroborando para sustentar padrões de classes dominantes. Ao contrário disso, a inserção da população no planejamento do território pode servir para redução de danos através de ações e políticas públicas em locais já segregados e evitar a segregação em territórios em desenvolvimento e expansão (Carlos, 2020; Duque-Cante, 2019).

Material e Métodos

Caracterização da área do estudo: Trancoso, Bahia

Trancoso é um distrito pertencente à cidade de Porto Seguro no Extremo Sul do estado da Bahia, na região de identidade Costa do Descobrimento. Possui aproximadamente 15 mil habitantes, e é conhecido pelo seu patrimônio histórico e por sua paisagem natural, que inclui praias, falésias, rios e áreas de proteção ambiental com o bioma nativo mata atlântica (Ferreira; Araújo; Barbosa, 2024).

Historicamente habitado por grupos indígenas, tornou-se um aldeamento jesuíta por volta do ano 1549, posteriormente foi elevado à categoria de Vila, sendo esquecida após 1895 por quase 100 anos. Anexada a cidade de Porto Seguro em 1927, quando foi novamente descoberta em 1970 por grupos *hippies* que em um período de Ditadura Militar buscavam locais distantes dos centros urbanos. Em Trancoso encontraram remanescentes da população indígena e quilombola que permanecia no local, instalando-se e formando uma nova comunidade entre os nativos residentes e os “biribandos”, nome dado a esses forasteiros que chegaram no local durante a época (Carneiro; Agostinho, 2004; Silva, 2006)

Após 1990 com o crescimento acentuado da cidade de Porto Seguro através de recursos para o desenvolvimento do turismo, Trancoso começa a receber um público maior de indivíduos, com um perfil alternativo a cidade sede que visitam, porém, passam a morar, investir e comprar casas e terrenos no distrito para criação de empreendimentos turísticos, iniciando o processo de urbanização da localidade. Já a partir dos anos 2000, surgem novos bairros com o aumento populacional, a migração da população residente para bairros periféricos e mais distantes das praias e do Quadrado, espaço histórico original dos indivíduos autóctones. Ao mesmo tempo, a chegada de novas empresas de pequeno e grande porte, voltadas ao turismo de luxo (Ferreira; Araújo; Barbosa, 2024; Silva, 2006).

Ferreira, Araújo e Barbosa (2024), identificaram no território de Trancoso grandes diferenças entre os espaços turísticos e os bairros onde residem a maior parcela da população local. Como exemplo a presença e atenção do poder público para infraestrutura urbana, sendo fornecido água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta seletiva diária, próximo as praias e ao bairro que é o principal atrativo local; bem como ausência ou precariedade desses mesmos serviços e estruturas, nos bairros periféricos.

As casas nos bairros periféricos possuem infraestrutura muito inferior às residências e chalés próximos aos principais atrativos, sendo que parte delas encontra-se em locais irregulares, como encostas e região de Mata Atlântica nativa. O acesso a serviços como saúde, educação e transporte coletivo é carente no distrito e intensifica-se ainda mais nos bairros da periferia (Ferreira; Araújo; Barbosa, 2024).

Trancoso é um território usado, onde permeiam relações humanas, sociais e culturais controladas pela economia e pelo capital por meio das empresas que desenvolvem o turismo com o aval do poder público. Desse modo, mudanças significativas ocorreram e na contemporaneidade continuam a ocorrer, como no ano de 2022 a expulsão de moradores que ocupavam terrenos supervalorizados por latifundiários com conivência da segurança pública, ou como em 2023 a criação de um condomínio de luxo que pode inibir o acesso dos moradores a principal praia do distrito, destruindo o mangue e o rio que leva o mesmo nome do local (g1, 2022; Mansur, 2023).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se enquanto descritiva e exploratória pois, segundo Marconi e Lakatos (2021), relata sobre temas com base no argumento de outros autores, como o planejamento territorial participativo e território usado. No entanto, busca explorar a temática e associá-la a dados empíricos coletados no *locus* de pesquisa, cujo território é o destino de Trancoso, que até o momento não possuía pesquisas semelhantes.

É uma pesquisa com a abordagem qualitativa, que para Creswell (2021) consiste na interpretação aprofundada de problemas sociais, não obstante para Aledo e Domínguez-Gómez (2018) é uma forma de avaliação de impactos sociais no que tange as problemáticas oriundas das intervenções humanas e reação dessas sobre o meio físico e social, no intuito de buscar uma relação justa e sustentável desse processo. Nesse caso não possui o interesse em quantificar ou generalizar os seus

resultados, porém, busca problematizar como a participação dos residentes nas ações de planejamento do turismo pode contribuir para mitigação da segregação socioespacial e dos impactos relacionados ao turismo em Trancoso.

A coleta dos dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado aplicado de forma *online* contendo 16 questões, sendo 7 relacionadas ao perfil sociodemográfico dos respondentes e 9 com relação às questões mais específicas sobre o planejamento territorial do turismo no distrito. Os critérios para responder ao questionário foram: ser residente do distrito de Trancoso, possuir mais de dezoito anos, além de ter acesso a internet, dispositivo eletrônico e disponibilidade para formular as respostas. Outro ponto que obteve atenção dos pesquisadores foi enviar questionários de forma a abarcar boa parte da totalidade de bairros e localidades dos distritos, de maneira a alcançar a respectiva parcela da população que vive principalmente nos espaços com maior índice de segregação. O questionário foi enviado em grupos de aplicativos de mensagens de bairros e instituições do distrito no período de 06 a 30 de junho de 2023, de modo que 31 pessoas que se encaixavam nos critérios disponibilizaram-se a responder.

O procedimento de análise ocorreu por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016), que consiste na pré-exploração do material onde foi possível o primeiro contato com as devolutivas do questionário e a relação destas com a resposta ao problema e objetivo da pesquisa. Após isso, a exploração propiciou a separação, comparação e categorização das respostas. Etapa essa que favoreceu a criação da nuvem de palavras no que tange o número de vezes que uma mesma palavra foi citada por diferentes respondentes, com relação ao planejamento territorial participativo no turismo, auxiliando ainda na sintetização por meio dos quadros. Por fim, o tratamento e interpretação do material, onde foi relacionado os dados coletados com as teorias utilizadas.

Resultados e Discussão

Compreensão sociodemográfica dos respondentes

O (Quadro 1) a seguir informa sobre o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, com os itens: idade (1), escolaridade (2), renda familiar (3), indivíduos por família (4), bairros e localidades onde residem (5), se trabalham com o turismo (6) e quais produtos e serviços ofertados pelo turismo normalmente adquirem (7). No intuito de compreender quem são esses indivíduos, sua posição geográfica, social e econômica no distrito.

Observa-se a partir dos dados demonstrados no Quadro 1 a variedade de indivíduos que compõem a pesquisa, o item 1 denota a faixa de idade dos respondentes que perpassa desde indivíduos mais jovens até a terceira idade. Ao mesmo tempo observa-se no item 2 que mais da metade dos respondentes (17 no total) concluíram o ensino médio e destinaram-se ao ensino superior, enquanto outra parcela concluiu apenas o ensino médio (11 no total) e um número inferior de indivíduos que ainda não concluiu o ensino básico regular (3 no total), o que indica certa preparação e conhecimento social e político por parte dos respondentes para participação social em ações de planejamento local como menciona Gadotti (2014).

Quadro 1: Perfil sociodemográfico dos respondentes.
Frame 1: Sociodemographic profile of respondents.

Item	Referência	Respostas
1	Idade	18 a 62 anos
2	Escolaridade	Ensino médio completo (11); Pós-graduação (8); Ensino superior incompleto (5); Ensino superior completo (4); Ensino médio incompleto, fundamental incompleto e fundamental completo (1 cada)
3	Renda familiar	Até 1 salário mínimo (13); Entre 1 e 2 salários (8); Entre 2 e 3 salários (4); acima de 3 salários (6)
4	Indivíduos por família	Entre 1 e 2 pessoas (17); Entre 3 e 4 pessoas (10); Entre 5 e 6 pessoas (3); acima de 7 pessoas (1)
5	Bairros e localidades onde residem	Centro (9); Trancosinho (6); Coqueiro Alto (5); Colina, Condomínio 2000, Mirante do Rio Verde e Sapirara (2 cada); Baixada, Maria Viúva e Xandó (1 cada)
6	Trabalha com o Turismo	Trabalha direta ou indiretamente (24); não trabalha (7)
7	Produtos e serviços ofertados pelo turismo adquiridos	Não adquire nenhum produto ou serviço (19); usufrui de serviço de alimentos e bebidas e barracas de praia (10); passeios de quadriciclo, lancha ou outros (3); hospedagem ou <i>day-use</i> (0); aquisição de <i>souvenirs</i> (0)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Source: Prepared by the authors, 2023.

Embora a escolaridade seja regular ou superior para maioria das pessoas, nota-se por meio do item 3, que a renda da maior parte delas é de até 1 salário-mínimo ou de 1 a 2 salários (21 no total), enquanto outra parcela recebe acima de 2 salários (10 no total), demonstra-se uma desvalorização salarial quanto aos trabalhadores em Trancoso. Sendo confirmado a inferência de Silveira (2011), sobre o controle do território usado por meio da divisão do trabalho e pelo uso da técnica e informação dos grupos hegemônicos (Souza, 2003), nesse caso as empresas do *trade* turístico que utilizam a mão de obra e recompensam com baixa remuneração.

Além disso, a quantidade de indivíduos por grupo familiar no item 4 deixa claro que a maioria das famílias são compostas por poucos indivíduos, entre 1 e 2 ou 3 e 4 pessoas (27 no total). Entretanto, ao comparar com o item anterior, pode-se avaliar que boa parte das famílias sobrevive com 1 salário ou pouco acima disso, para sustentar mais de uma pessoa, um indicativo de famílias de baixa renda, como aponta Santos (1999), que os grupos hegemônicos utilizam o território para benefícios próprios através da exploração de terceiros.

No tocante aos bairros onde os respondentes residem, o item 5 infere que dos 31 respondentes, apenas 9 vivem em locais próximo ao Centro de Trancoso, enquanto 22 moram em bairros e localidades periféricas, que apontam de forma física a segregação socioespacial no distrito, com falta de infraestrutura básica. Não obstante, Santos (2006) mostra que os grupos detentores do poder formam verticalidades que

controlam os usos do território, fazendo-se surgir horizontalidades contínuas e contíguas e por vezes marginalizadas.

Ademais, mesmo a maior parte dos indivíduos morando em bairros mais distantes como mostra o item 6, a maioria trabalha com o turismo próximo aos espaços turísticos do Centro, Quadrado e praias. Percebe-se a distância entre o local de abrigo e do trabalho dentro desse território, bem como é provado que o turismo atua como principal vetor econômico desse território, utilizando-se de parte dele para exploração de recursos, supervalorizando-o, esquecendo-se de outras porções.

Santos (1999) e Silveira (2011), explicam sobre a racionalização não racional do território usado, que se instiga com base no desenvolvimento local e na criação de empregos, no entanto, na prática o que ocorre é a prioridade econômica que dita quais são os espaços produtivos, em Trancoso aqueles utilizados pelo turismo, e os que não possui interesse, nesse caso os bairros periféricos do distrito.

O item 7 ainda contribui para reforçar a hegemonia do turismo representada pelas empresas da área com o apoio do poder público, ao informar que boa parte dos respondentes (19 no total) não adquire nenhum produto ou serviço turístico, outra parcela consome apenas algo relacionado a gastronomia (10 no total), e outra pequena parte (3 no total) adquire algum tipo de passeio. Ao comparar com o item 3, pode-se levar em consideração que os salários não condizem com a possibilidade de adquirir algo relacionado ao lazer em Trancoso, e nos itens 5 e 6 que os moradores vivem em locais periféricos e frequentam os espaços turísticos apenas como mão de obra, segregados da realidade do turismo de luxo que as rodeia.

A participação dos residentes de Trancoso no Planejamento Territorial do Turismo

Ao serem questionados sobre a importância da participação no processo do planejamento territorial do distrito de Trancoso, todos os 31 respondentes consideram de relevância para o correto desenvolvimento local. Já quando se trata da participação no planejamento territorial do turismo, 30 respondentes acreditam ser necessário para o melhor desenvolvimento e gerenciamento do turismo no distrito.

Por outro lado, observa-se que dos 31 respondentes apenas 7 já foram convidados a participar de alguma reunião, assembleia ou encontro que discutisse sobre o planejamento territorial do turismo em Trancoso, sendo que as instituições que propiciaram esses encontros foram poucas, com destaque para organizações e associações de moradores locais.

Quando indagados se consideram ser incluídos no processo de planejamento do turismo do distrito, 26 respondentes consideram não serem incluídos, 4 parcialmente incluídos e 1 totalmente incluído. Da mesma forma 27 não estão satisfeitos com o planejamento local, 4 parcialmente satisfeitos e nenhum está totalmente satisfeito.

Nota-se que a forma como o turismo é planejado em Trancoso não inclui a comunidade local, o que segundo Coriolano, Rodrigues e Oliveira (2013) e Reschilian, Silva e Maciel (2022) causa impactos diretamente sobre esses indivíduos, pois, as

ações são voltadas para os ganhos capitalistas dos agentes hegemônicos e não para as reais necessidades do território usado, principalmente para as partes dele que não são recursos, como as periferias (Silveira, 2011).

Ao serem perguntados por quais motivos consideram importante a participação no planejamento territorial do turismo em Trancoso, os respondentes puderam contribuir com a criação de uma nuvem de palavras (*word cloud*) que esquematiza tais motivos, dos mais aos menos citados, como pode-se verificar na Figura 1, que identifica algumas palavras presentes nas respostas dos moradores de Trancoso sobre o que acreditam ser os principais motivos para haver o planejamento territorial participativo do turismo local.



Figura 1: Importância da participação no planejamento Territorial do Turismo segundo os moradores de Trancoso.

Figure 1: Importance of participation in Territorial Tourism planning according to residents of Trancoso.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Source: Prepared by the authors, 2023.

Em destaque observa-se a palavra sustentabilidade que é citada por quase todos os respondentes, de modo que estes informam que o desenvolvimento acelerado do distrito por meio do turismo acarretou de um lado o crescimento desordenado de empreendimentos turísticos sobre áreas de proteção ambiental, mangues e espaços naturais, e de outro lado o crescimento de bairros periféricos em áreas de vegetação nativa, podendo a participação reduzir e conscientizar os indivíduos sobre tais questões. Alves e Bueno (2022), comentam que é evidente a invasão de áreas ambientais para exploração de recursos, bem como para fuga dos espaços de especulação pelo capital, assim como em Trancoso.

Economia juntamente com benefícios, foram outros dois termos utilizados pelos respondentes, considerando que os mesmos entendem que a renda local vem através do turismo. No entanto avaliam que a distribuição dos lucros não ocorre de forma igualitária, permanecendo a maior porcentagem para os empresários alocados na porção do território utilizada pelo turismo, sem um compartilhamento justo em todo o território, portanto, associando a participação a contribuição para sanar essa problemática.

Identidade e valorização também foram citadas por grande parte dos respondentes, por entenderem que a real Trancoso não é mostrada para o visitante, os bairros, o cotidiano e a cultura local são aleatórios ao roteiro turístico dos planejadores do turismo e daqueles que chegam ao destino, reproduzindo uma anulação identitária que incomoda os residentes. A valorização além de cultural, possui o sentido de valorização financeira e valorização social de ser principal ator do seu território e não coadjuvante das empresas de turismo.

A percepção sobre a falta de valorização expressada pelos respondentes pode estar relacionada com a não participação nas ações práticas sobre o planejamento do distrito, como explica Gadotti (2014) e Seixas, Baptista e Dias (2020), pois os moradores possuem o sentimento de pertencimento com seu local de origem, portanto buscam melhorias para ele e quando não há consulta veem-se no território apenas como parte de uma estrutura de ganhos financeiros, em um sistema trabalhista como aborda Silveira (2011).

Opinião, consulta, demanda e informação complementam a nuvem de palavras com o entendimento dos respondentes sobre alguns pilares do planejamento participativo. Ao observarem que em Trancoso ainda não há formas e ferramentas para opinar sobre o planejamento do turismo local como modelo de consulta à população sobre ações e planos locais, sendo essa para eles a relevância do planejamento territorial participativo. Além disso, compreendem que a partir disso poderão levar possíveis demandas gerais e específicas de seus bairros, bem como informar-se do que está sendo proposto para o distrito, fatos que atualmente não ocorrem.

Nesse sentido, segundo Coriolano, Rodrigues e Oliveira (2013), o planejamento territorial participativo pode contribuir para a integração comunitária como ferramenta de escuta e consulta dos residentes com base nas demandas necessárias para aplicação de modelos para um melhor desenvolvimento local.

Melhoria, direito, infraestrutura e políticas públicas são palavras citadas pelos respondentes em menor quantidade, mas que compõem a figura e a compreensão desses indivíduos sobre a relevância do planejamento territorial participativo do turismo local. Acreditam que a participação pode contribuir para diversas melhorias no distrito, principalmente para as partes não utilizadas pelo turismo, através de infraestruturas básicas não existentes, bem como com políticas públicas para maior efetividade da educação, saúde, cultura e proteção ambiental dos espaços de Trancoso, com ênfase para as periferias, avaliando que a participação é uma forma de reivindicar seus direitos.

Além da compreensão da importância da participação sob o olhar dos respondentes, foi questionado a eles quais são os principais problemas ocasionados em Trancoso na contemporaneidade pela falta de participação ativa dos moradores no planejamento do turismo no distrito e como o planejamento territorial participativo poderia colaborar para solucionar esses problemas. As respostas contribuíram para construção do Quadro 2.

Quadro 2: Problemas da falta de participação no planejamento do turismo e possibilidades de melhorias com a efetividade do planejamento territorial participativo em Trancoso.

Frame 2: Problems of lack of participation in tourism planning and possibilities for improvements with the effectiveness of participatory territorial planning in Trancoso.

Problemas existentes (Ausência da participação)	Possibilidades de melhorias (Com a participação)
<ul style="list-style-type: none"> • Trânsito irregular; • Infraestrutura urbana precária; • Desmatamento e poluição; • Capacidade de carga excedida na alta temporada; • Baixa remuneração; • Contratações externas e desemprego local; • Foco no segmento de sol e praia; • Racionamento de água e corte de energia dos bairros na alta temporada; • Pouca limpeza nos bairros; • Poucas oportunidades de profissionalização e educação; • Falta de democracia na administração; • Preço dos aluguéis elevados; • Roubos e furtos; • Crescimento urbano desordenado; • Marginalização dos moradores; • Privatização de espaços que eram públicos; • Ausência de transporte coletivo para os bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão nos processos de decisão; • Uso dos produtos e serviços turísticos pela comunidade; • Melhoria na educação de base e na profissionalização; • Planejamento e inclusão da comunidade em eventos; • Organização do trânsito e transporte coletivo para os bairros; • Acessibilidade às praias; • Preservação do meio ambiente; • Desenvolvimento ordenado do distrito; • Eleição democrática para o cargo de administrador local; • Divisão justa dos lucros do Turismo; • Valorização da história e cultura local; • Controle da capacidade de carga no distrito; • Asfaltamento e calçamento das ruas dos bairros; • Redução na exploração de mão de obra barata; • Baixa nos preços dos aluguéis; • Melhoria na limpeza e coleta seletiva dos bairros; • Efetividade da segurança pública nos bairros; • Valorização do cotidiano do morador; • Melhores condições de trabalho, salário justo e contratação de mão de obra local.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Source: Prepared by the authors, 2023.

O Quadro 2 demonstra no lado esquerdo alguns problemas de Trancoso que entre outros motivos ocorrem ou são impulsionados pela falta de consulta e participação dos residentes no planejamento territorial do turismo no distrito, enquanto do lado direito pontua-se as possíveis melhorias desses problemas com a participação segundo opinião dos respondentes.

Cabe destacar alguns pontos específicos, como a falta de infraestrutura urbana que é sentida principalmente nos bairros e não nos espaços turísticos. Como a ausência de calçamento e asfaltamento, pouca limpeza pública, corte de energia e água na alta temporada; características que são sentidas por esses indivíduos, em sua maioria segregados, que acreditam poder ser melhoradas pela participação e sugestão quanto ao planejamento local.

A baixa remuneração, contratação externa e desvalorização profissional são outros fatores mencionados pelos respondentes que podem ser melhorados conforme maior efetividade da participação dos moradores, bem como a oportunidade de usufruir de equipamentos turísticos hoje restritos aos turistas.

Chama atenção o ponto que versa sobre a administração local, tida pelos respondentes como não democrática, pois é escolhido sem eleição um representante político para representar o distrito junto a gestão da Prefeitura Municipal de Porto Seguro. A participação poderia colaborar segundo os respondentes para uma eleição que culmine em uma representação significativa e que compreenda as reais demandas distritais.

A supervalorização do território por meio do turismo, por mais que priorize determinadas partes, faz com que todo o território obtenha valores elevados em suas terras e conseqüentemente nas locações. Fato levado em conta pelos respondentes, tendo como problema o alto valor dos aluguéis inclusive nos bairros, que prejudica a sobrevivência desses indivíduos por meio da moradia e provoca a criação de novas periferias ainda mais distantes, algo sentido pelos moradores e reafirmado como necessidade de avaliação em uma possível gestão participativa.

Outros fatores comuns a territórios segregados são sentidos como problemas e mencionados pelos respondentes, como transporte, acessibilidade aos espaços públicos que foram privatizados, criminalidade, marginalização e poucas oportunidades de profissionalização, de modo que a participação pode para eles reduzir a intensificação e agravamento dessas problemáticas.

O que sintetiza os pontos abordados pelos moradores segundo Duque-Cante (2019) e Reschilian, Silva e Maciel (2022) é a descentralização do poder aliado a uma gestão democrática, que beneficie todas as porções do distrito, assim como dê a oportunidade de dialogar sobre o rumo que querem para o turismo no destino, algo que é garantido por lei através da Constituição de 1988 e pela Lei 10.257 (Brasil, 2008; 2016).

Considerações Finais

O planejamento territorial participativo consiste em uma gestão pública e democrática, que visa a integração da sociedade no que tange às ações e planos com relação ao território em que vivem, de forma efetiva e aberta para que os indivíduos possam opinar, consultar e projetar propostas para seu território.

Não obstante, o território usado como aquele onde acontece as relações humanas e interações sociais, é pautado e controlado pelos atores hegemônicos detentores do meio técnico científico e informacional que, utilizam parte dele para exploração de recursos e pessoas que o compõem como mão de obra, em uma divisão territorial por meio do trabalho, por onde formam-se as verticalidades e horizontalidades, inviabilizando ações democráticas como a própria participação social cidadã.

O território de Trancoso é utilizado pelas empresas que promovem o turismo com o aval do poder público, planejando-o de maneira isolada sem a consulta populacional, o que gera na localidade diversas problemáticas, como a segregação socioespacial e impactos negativos do turismo, demonstrados na ausência de infraestruturas, baixa divisão dos lucros e crescimento desordenado sobre o meio natural. Problemas perceptíveis e aqui citados pelos respondentes participantes da pesquisa.

Observou-se que a participação dos residentes no planejamento territorial do turismo pode contribuir para redução dos impactos oriundos do turismo e a segregação socioespacial desse território usado, considerando que os moradores têm ciência de quais são os problemas enfrentados, entendem que é necessário resolvê-los e sabem quais são as possíveis soluções e formas corretas para o melhor desenvolvimento desta localidade. Sendo necessário a descentralização de poder por parte da gestão municipal, aliado a devolução da autonomia distrital para os moradores que atualmente encontram-se na mão das empresas de turismo. De modo que, possam contribuir com ideias e proposições não pensadas e efetivadas pelo poder público, além disso, o próprio sentido da participação integra os indivíduos segregados.

Por fim, a pesquisa contribui para uma análise por parte da gestão municipal quanto às ações e políticas públicas a serem criadas em Trancoso, tendo como norte o próprio (Quadro 2) criado com base na contribuição dos respondentes para melhorias do distrito. Deixa-se em aberto possibilidades para futuras pesquisas com caráter mais quantitativo, que possa integrar um maior número de participantes para avaliar a efetividade da participação no planejamento do turismo, somada a contribuição para redução das desigualdades, não somente nesta localidade mas em outras cidades e destinos que possuem características similares.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) Código de Financiamento 001.

Referências

- ALEDO, A.; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, J. A (orgs). Evaluación de impacto social, teoría, método y casos. Alicante. **Publicacions de la Universitat d'Alacant**, Une, 2018.
- ALVES, L. S.; BUENO, A. P. Apropriação informal em vazios urbanos periféricos: uma investigação na cidade de Erechim-RS. **Revista Brasileira de Gestão Urbana, Florianópolis**, v.14, n.1, p. 1-16, 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, tradução Luís Antero Reto. São Paulo, Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 64/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008, Brasília, Senado Federal, Coordenação de edições técnicas, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3 ed, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2008.
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito a cidade”. **Geousp – espaço e tempo**, São Paulo, 24(3), p. 412-424, 2020.

CARNEIRO, F.; AGOSTINHO, C. **Nativos e biribandos**: memórias de Trancoso. São Paulo: do autor, 2004.

CARVALHO, I. M.; ARANTES, R. A. Transformações nas estruturas urbanas e desigualdades sociais: reflexões a partir da trajetória de Salvador. **Caderno CRH**, Salvador, v.35, n.1, p. 1-21, 2022.

CORIOLOANO, G. P.; RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, A. F. Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano Diretor Participativo de Palmas (TO). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, São Paulo, v.5, n.2, p. 131-145, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Penso, 2021.

DUQUE-CANTE, N. Los vacíos de la planeación participativa em la formulación de los planes de desarrollo local en Bogotá . **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, São Paulo, v.11, n.1, p. 1-11, 2019.

FERREIRA, J. C. E.; ARAÚJO, H. R. de; BARBOSA, M. C. Turismo e segregação socioespacial: uma análise no destino turístico Trancoso (Porto Seguro/BA). **Ateliê do Turismo**, v.8,n.1, p. 1-26, 2024.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Ministério da Educação, Brasília, 2014.

G1. **Trancoso na Bahia**: áreas ambientais devastadas enquanto briga judicial não termina, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/19/trancoso-na-bahia-tem-areas-ambientais-devastadas-enquanto-briga-judicial-nao-termina.ghtml>>. Acesso em: 20. ago. 2023.

LOPES-JUNIOR, W. M. Geografia urbana e as novas centralidades com subsídio as pesquisas em cidades turísticas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.7, n.1, p. 168-178, 2014.

MANSUR, A. **Condomínio de luxo pode afetar paisagem mais bonita de Trancoso na Bahia**, 2023. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/alexandre-mansur/post/2023/02/condominio-de-luxo-pode-afetar-paisagem-mais-bonita-de-trancoso-na-bahia.ghtml>>. Acesso em: 20. Ago. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo/ SP: Atlas, 2021.

PIRES, R. C (org). **A efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: Estratégias de avaliação. Brasília, Ipea, 2011.

RESCHILIAN, P. E.; SILVA, F. A.; MACIEL, L. M. O simulacro participativo: revisão do Plano Diretor de São José dos Campos. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v.24, n.55, p. 963-987, 2022.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.15-26, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed, São Paulo, Edusp, 2006.

SILVA, L.T. **Cultura, turismo e identidade local**: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo, Trancoso, Porto Seguro/BA. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA, 2006.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência e geografia**. Bauru, v.15, n.1, p. 4-12, 2011.

SOUZA, M. A. **Territórios Brasileiros**: usos e abusos. Campinas/SP, Edições Territorial, 2003.

SEIXAS, P. C.; BAPTISTA, L.; DIAS, R. C. Sociometrias territoriais de participação cidadã: mapas de Kernel como ferramenta de apoio ao planejamento estratégico municipal. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Lisboa, Portugal, v.12, n.1, p. 1-24, 2020.

Jean Carlos Estanislau Ferreira: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN.

E-mail: jcestanislau18@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2034642980782883>

Henrique Rodrigues de Araújo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN.

E-mail: contatohenrirodrigues@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4640306756141500>

Data de submissão: 03 de janeiro de 2024

Data do aceite: 06 de agosto de 2024

Avaliado anonimamente